

O CONTINENTE AFRICANO: UTOPIA E REALIDADE AO NÍVEL DOS MODELOS DE EXPLICAÇÃO – UMA QUESTÃO DE MÉTODO(**)

Fernando Augusto Albuquerque Mourão(*)

RESUMO: Uma boa parte da literatura relativa ao continente africano situa-se ora numa leitura do imaginário, ora do real, ambas perspassadas e refletindo quadros ideológicos numa perspectiva centrada na visão do outro. O artigo analisa algumas ambigüidades e propõe uma leitura das culturas específicas dentro de um quadro de referências universais.

UNITERMOS: Continente Africano/Imaginário, África/Ideologia, África/modelos universais

A interrogação que África traz consigo em torno da racionalidade das suas culturas esbate-se em leituras em torno de um valor absoluto que tomam as culturas ou a cultura abstrata e etnocêntrica do colonizador, um parâmetro referencial, uma contribuição, uma justificativa do próprio ato colonial. A leitura do continente africano em três momentos, o pré-colonial, o colonial e o pós-colonial, tangencia duas vertences, a da utopia e a da realidade.

A regressão a que o Ocidente deita mão ao apreciar manifestações culturais dos outros beneficiou o Oriente, o Oriente Médio, as culturas do passado, mas exclui as manifestações culturais do continente africano, um continente a ser domesticado pelos impérios europeus, cuja ação se torna mais visível e concebida como projeto no final do século XIX. No campo das artes, somente nas primeiras décadas do século XX é que surgem manifestações de artistas plásticos que passam a tirar uma lição nova no campo da estética dessa arte aparentemente adornada, plena de vitalidade, uma cultura que pode ser pensada no plano dos cânones da abstração universalizante.

A necessidade de justificar a ação colonial levou à emergência de uma visão cínica, permeada por uma visão pontual dos viajantes e que, anos mais tar-

(*) Centro de Estudos Africanos/USP

(**) Apontamentos da aula inaugural do Curso sobre África – curso de especialização, Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, UnB, 30/3/89 e, em parte, repetida com algumas alterações – África e os paradigmas das relações internacionais – na inauguração de um curso sobre África no Instituto Rio Branco, Brasília, 7/9/89.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

de, deságua numa leitura do imaginário, que precede amplamente a visão do real. As leituras através de paradigmas analógicos, que têm sido as mais comuns, vão no mesmo sentido. Como surpreender o sentido do continente africano? A persistência em torno de uma metodologia dual, mesmo que se troquem os sinais, tal como ocorreu com boa parte da literatura do período pós-colonial, também não nos oferece uma resposta satisfatória. O modelo acaba por se impor à realidade social, não refletindo os vetores do sistema africano, ou então se confundindo a partir de interpretações nuançadas pelo que parece ser, principalmente no caso de situações latentes. A aplicação dos modelos desenvolvimentistas no pós-independência, partindo-se do princípio de que eram amplamente adequados às mais variadas situações e que acabaram por redundar num enorme fracasso, com prejuízos seríssimos para a população, são um exemplo típico dessas tentativas. Como tentar encontrar um método que nos permita uma aproximação mais fiel e que faculte uma leitura de uma cultura específica, do fato colonial, dentro de um quadro de referências universal? No plano das relações entre o imaginário e o real, permitimo-nos parafrasear Jacques Lacan, quando afirma que "as relações entre o imaginário e o real levam à autonomia do símbolo, o que lhe dá sentido, quer ao imaginário, quer ao real próximo", conduzindo-nos a uma aproximação de uma concretude síntese de processos específicos de culturas a que a história, a tradição, a oralidade e os objetos nos permitem chegar. É curioso constatar que vários artistas plásticos, nas primeiras décadas do século, através de uma aproximação de natureza plástica¹, chegaram a percepções próximas dos entendimentos dos cientistas sociais². Se no plano da estética é possível apreender as significações expressivas, se tal, como dizia Paul Klee, pode "tornar visível o invisível", como apreender o continente africano, com suas culturas, do ponto de vista das Ciências Sociais? Numa fase de minha vida, quando interessado em apreender o sentido das culturas africanas, tive a oportunidade de, a partir de grande número de esboços obtidos das peças pesquisadas, encontrar um denominador comum, independentemente da especificidade do gênero ou da área cultural: a circularidade das linhas ou formas semelhantes do tipo zigue-zague ou ainda, formas heli-

(1) EINSTEIN, Karl. *La sculpture africaine*. Paris, 1922 (versão francesa do texto original editado em Munique em 1915). APPOLINAIRE, G. *Sculptures nègres*. Paris, 1917. Ver ainda a revista ACTION nº 3, abril de 1920. PICASSO, P. *Écrits*. Organização do texto de Marie-Laure Bernadac e Christine Piot, com prefácio de Michel Leiris. Paris, Gallimard, 1989. MAURAUX, André. *La tête de obsidienne*. Paris, Gallimard, 1974.

(2) FROBENIUS, Leo. *Histoire de la civilisation africaine*. Paris, Gallimard, 1952. BAUMANN, H. e WESTERMANN, D. *Les peuples et les civilisations de l'Afrique*. Paris, Payot, 1957.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

coidais, numa repetição onde cada momento é parte de um todo circular. Nesse sentido, o instante diz respeito ao evento, e a circularidade ao Saber. Mas voltamos à nossa indagação: e no campo das Ciências Sociais, no campo das Relações Internacionais e da Política Externa?

Desde a teoria do chamado Pacto Colonial, em que as colônias eram concebidas em função dos interesses exclusivos das metrópoles, passando pela política de espaços fechados e áreas reservadas ao comércio e não só, poderíamos citar um sem fim de escolas e teorias legitimadoras, o que não é o caso de levantar no momento. A imagem do continente africano tendeu sempre a fugir do real, aproximando-se das idéias centrais dos autores. Um certo teor de salvação esteve sempre presente em todas as correntes. No início, desde o século XVI, a legitimação do processo passava pela salvação das almas dos infiéis, ocasião em que a Igreja teve um papel importante, a par do Estado. Apesar de inúmeros estudos sobre a época, acredito que ainda há muito a fazer. Recentemente, no decorrer de uma pesquisa sobre as relações do poder com o espaço urbano de Luanda surgiu-me uma interrogação sobre as causas que teriam levado à construção de numerosas igrejas, capelas, ermidas – algumas com função militar, as que se localizavam nos limites da cidade com a retro-terra – colégio, hospital, um palácio episcopal – cuja volumetria suplantava a do palácio do governador e as construções do poder civil. Se atentarmos para o alto custo da construção, a falta de material específico – em parte levado de fora –, a falta de mão-de-obra especializada na construção civil, fica patente que a construção de um espaço religioso que suplantava a volumetria do espaço da Coroa, ocorreu segundo algum outro objetivo que não só o da salvação das almas. Em outros locais no continente africano, onde a Igreja aparece sempre ao lado da Coroa, o espaço religioso nunca teve a mesma importância. O móbil dessas obras do Reino de Deus teria sido apenas a religião, ou a riqueza? Embora durante anos se tivesse mantido a esperança de encontrar minas de prata, esse sonho prateado foi rapidamente desfeito e Luanda converteu-se num empório de escravatura, um empório mercantilista, até meados do século XIX. Este, entre outros muitos exemplos que poderíamos levantar, mostra que ainda há muito a fazer no campo da historiografia colonial. O fato de o continente africano ter surgido como uma reserva de mão-de-obra no quadro da economia Atlântica – a "economia mundo" durante séculos – foi certamente determinante. A importância de numerosos reinos e impérios só recentemente começa a ser posta em evidência pelos historiadores, as rotas do comércio interior, o relacionamento entre espaços próximos e a longa distância, mesmo com espaços fora do continente, são hoje o tema de numerosas obras. O relacionamento diplomático dos Estados africanos nunca foi levado em linha de conta

(3) MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*. São Paulo, 1988. Ar. (tese).

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

até porque uma das justificativas da chamada *ação civilizadora* decorria da 'necessidade da presença do colonizador' para impedir as lutas internas entre os africanos. Só muito recentemente é que começaram a surgir estudos sobre o quadro das relações internacionais interessados no passado⁴, em que fica claro que o relacionamento de Estado a Estado era já uma prática antiga, contando com um quadro operacional formal específico. A partir da segunda metade do século XIX surgiu uma série de teorias relacionadas com a legitimação do expansionismo europeu em África. Recorde-se que foi durante a Conferência de Berlim (1884-1885) que se passou a adotar o princípio da ocupação efetiva dos territórios em substituição ao direito pela descoberta e à outorga dos direitos pela Santa Sé. Uma série de escolas, em vários campos, foram surgindo. No plano económico, a chamada Escola Económica, tendo entre seus cultores John Hobson⁵, defendia o princípio de que a expansão em relação aos novos territórios era uma necessidade decorrente da superprodução, do excesso de capitais e do subconsumo. Uma outra escola, a Escola Psicológica, surge com malizes variadas. O darwinismo social sustentava a superioridade da raça branca, enquanto que, do ponto de vista religioso, o Cristianismo Evangélico se colocava ao lado da partilha do continente com o lito de "regenerar" os africanos. Schumpeter aduzia a importância de fatores não económicos como fatores de explicação do imperialismo. No campo das teorias diplomáticas também se registram várias manifestações dignas de nota: a Teoria do Prestígio Nacional foi amplamente tratada por Carlton Hayes⁶. A África surge como uma possibilidade real ante a busca de afirmação da Alemanha no cenário internacional, dos esforços da Inglaterra que, face a um certo isolamento em relação ao continente europeu, buscava uma saída, e da França que, saída da derrota da guerra Franco-Prussiana, buscava encontrar uma compensação para o prestígio que perdera no campo europeu – o projeto da chamada África Ocidental Francesa foi fundamentalmente um projeto militar. Outros autores, a partir de princípios semelhantes, formulam a Teoria do Equilíbrio de Forças, F. H. Hinsley⁷ e a Teoria da Estratégia Global, esta exposta por Ronald Robinson e John Gallenger⁸. Enquanto a primeira defendia o princípio de que a paz e a esta-

(4) SMITH, Roberts. *Warfare and diplomacy in pre-colonial west Africa*. London, James Currey Publishers, 1989. Uma pesquisa, ora em curso, do professor Luís Beltrán, da Universidade de Lubumbashi, aponta também no mesmo sentido. Recorrendo à tradição oral, através de centenas de relatos, pode-se verificar e aduzir o quadro formal das relações diplomáticas no passado.

(5) HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. Ann Arbor, Michigan University Press, 1965.

(6) HAYES, Carlton J. H. *A generation of materialism 1871-1900*. New York, Harper and Row, 1961.

(7) HINSLEY, F. H. The partition of Africa. IN: *The New Cambridge Modern History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1957, vol. XI.

(8) GALLENGER, J. e ROBINSON, R. The imperialism of a free trade. *ECONOMIC HISTORY REVIEW*, 2nd. series.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

bilidade europeias se relacionavam com o plano de partilha do continente africano, a segunda escola assentava-se numa política de estratégia global.

Ao longo dos anos em que passei a atuar como membro do Comité Scientifique International pour la Rédaction d'une Histoire Générale de l'Afrique (depois de 1975), tive ocasião, ao longo de minhas atividades, entre as quais a de rever os numerosos textos propostos, de verificar um sem número de testemunhos referentes às relações mantidas e desenvolvidas pelos diversos reinos e impérios africanos ao longo de sua história. Esses relatos são suficientemente esclarecedores da existência de mecanismos específicos para regular as relações de Estado a Estado.

Com a ocupação militar e económica do continente africano, algumas sociedades passam a se caracterizar por uma fase de anomia e, no plano dos 'outros', acentua-se a leitura relativa à incapacidade de os povos africanos manterem ou terem capacidade para manter relações entre eles. A uma visão do continente africano que, em alguns casos, podemos chamar de visão cínica, sucedeu uma outra visão, fora da realidade concreta, que se aproxima mais de um entendimento utópico. É conveniente recordar que a grande maioria das independências, com exceção da Argélia, das antigas colônias portuguesas, do Quênia e da antiga Rodésia do Sul, se deu dentro de um quadro mais ou menos pacífico e, no plano das idéias, caracterizado por um turbilhão de princípios, girando ora em torno de concretudes, ora de princípios francamente utópicos. Estes, com todas as fraquezas que continham, tiveram certamente o mérito de pôr em movimento idéias-força que, historicamente, se registram entre as principais causas que levaram à independência, mas que, no tempo, não conseguiram resistir às formulações neo-coloniais e até certo ponto, não se adaptaram a emergências vitais de processos no seio das próprias comunidades nacionais. Historicamente, o conceito de Terceiro Mundo é de origem francesa, e o seu desenvolvimento está ligado à Conferência de Bandung (18 a 24 de abril de 1955), reunião em que o determinante geográfico teve a maior importância, uma conferência árabe e asiática e, em segundo plano, africana. A conferência que trouxe Pequim a uma posição de primeiro plano a par da renovação do panarabismo, contribuiu para a consolidação do conceito de Terceiro Mundo que prossegue, na forma do neutralismo, já então defendido por Nehru na Conferência de Belgrado (1961), também conhecida como Conferência dos Não Alinhados. De início, o não alinhamento resulta das propostas do presidente Tito, do neutralismo de Nehru, do anticolonialismo de Nasser e do antiimperialismo da China, recusando o bipolarismo Leste-Oeste. O debate ideológico surge nesta Conferência de forma mais intensa do que em Bandung. Paralelamente, no plano das idéias, há que citar o I Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros, em Paris (1956), cujas conclusões giram em torno da busca de uma afirmação em termos de uma personalidade coletiva africana e, de certo modo, negra. Nesta reunião, de que participei como observador, tive ocasião de verificar que, desde o primeiro dia, se pretendeu atingir dois alvos, o do entendi-

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

mento no plano africano e o de mostrar ao mundo da época uma África com especificidade cultural própria. Nessa época, "o conceito de Terceiro Mundo esteve desde o início atrelado ao de subdesenvolvimento, a sua variável econômica. O estudo do subdesenvolvimento, como teoria, desenvolveu-se nos últimos trinta anos a partir de uma visão entre fatos históricos e a relação entre as diferentes formas e modos de produção social"⁹. Basicamente surgem duas óticas. Na primeira, o subdesenvolvimento é tratado a título de atraso natural, adotando-se ora a expressão 'países subdesenvolvidos' ou de 'países em vias de desenvolvimento'. Na segunda abordagem, a economia mundial se apresenta como uma articulação econômico-político-ideológica de formações sociais e apresenta várias matizes, desde as análises da economia mundial em sua situação à época (Samir Amim, Charles Bettelheim e outros), a uma visão nitidamente terceiromundista (André G. Franck, Pierre Jalé, etc.). Privilegia-se o estudo das relações dialéticas entre os dois grupos polarizados e recoloca-se o imperialismo num conjunto mais vasto. Dentro desta última corrente pode-se ainda incluir a contribuição dos teóricos chineses, 'o cerco das cidades pelo campo' e as teses de Fidel Castro e Che Guevara. Em termos gerais as principais corrente ou grandes linhas de paradigmas em relação à temática do desenvolvimento, inscrevem-se, segundo Mário Murteira¹⁰ em três correntes principais: 1) correntes em torno do desenvolvimento do conceito de mercado (neoclássicos e neokeynesianos; 2) estruturalistas e, 3) correntes marxistas (ortodoxos, analistas da economia Mundo, dependentistas e regulacionistas).

Trata-se, na maior parte dos casos, de uma visão não eurocêntrica do mundo em que o motor se relaciona com a luta dos oprimidos. Contudo, o conceito de desenvolvimento era de natureza ocidental. Foi uma fase de certo modo heróica, com grandeza, que muito contribuiu para a consolidação da identidade política desses povos, a par de avanços ao nível do projeto cultural em desenvolvimento. Contudo, as dificuldades decorrentes da bipolaridade mundial, o acenar do conceito de autarcia, a "deseconexão" (Samir Amim), a imobilidade política que surge com a segunda geração de dirigentes preocupados em preservar o poder, o desvirtuamento da cooperação e a crise financeira internacional, a imobilização do próprio conceito de desenvolvimento, acabaram por determinar um certo imobilismo. A pouca reflexão com que se aplicaram um sem número de

(9) MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque com uma contribuição de ALEXANDRE, Isabel Maria Macedo. A África e a sua inserção no conceito de Terceiro Mundo. IN: MOURÃO, Fernando A. A. (org.) *Introdução aos estudos sobre a África contemporânea*. São Paulo, CEA-USP, 1984, pp. 129-255. (Mimeo).

(10) MURTEIRA, Mário. *Os Estados de língua portuguesa na economia mundial – ideologias e práticas do desenvolvimento*. Lisboa, Editorial Presença, 1988. 271 p.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

princípios teóricos sem uma maior reflexão e praticidade operacional, o afastamento em relação à especificidade cultural redundaram numa situação em que a teoria surge mais como uma camisa de força do que propriamente como fio condutor num mundo de mudança. A uma visão de natureza evolucionista, instala-se hoje, como uma consequência aparentemente pendular, o tema da modernidade, centrado numa perspectiva um tanto ou quanto maniqueísta o que, por falta de reflexão, se encaminha desde já ao insucesso. A permanência de novas nuances do discurso utópico em nada contribuem para um avanço real, quer no campo das idéias, quer no campo da prática. A visão dual, de ontem e de hoje, a visão colonial, centrada em parâmetros referenciais, acaba por tornar-se extremamente redutora, dando preferencialmente atenção ao modelo, tanto no plano interno, quanto no plano externo. Neste último, no plano da cooperação, acaba por se dar maior ênfase a modelos que se pressupõem mais ajustados a parâmetros do que em função de interesses objetivos dos atores internacionais envolvidos, pelo menos em relação a uma das partes: os que recebem a cooperação bilateral ou multilateral.

As rearticulações dos países africanos com o sistema econômico internacional passam ou devem passar necessariamente pelo repensar dos conceitos de indivíduo, etnia, Estado, pelo equilíbrio entre eles e não apenas por uma tentativa reducionista e maniqueísta de privilegiar apenas um dos pólos. Até hoje as tentativas e as práticas têm sido de natureza pendular: da unidade em torno do Estado vemos agora o pêndulo se deslocar para privilegiar unidades culturais ou étnicas mais reduzidas no espaço africano, o que aliás se vem repetindo em outras partes do mundo. O social, entre outros, surge mais como fator de elementos externos do que como resultante de uma dinâmica interna. Se, na aparência o processo se encaminha para uma identidade portadora de uma maior tradição, este acaba por refletir novamente uma abstração com falsas aproximações com a visão reduzida do universalismo ou com os universos mais reduzidos, mas igualmente fora de uma relação dinâmica entre as teorias e as concretudes no espaço e no tempo.

As dualidade do tipo colonizador versus colonizado, "civilizado" versus tradicional, espaço étnico versus espaço nacional resultam em análises extremamente ambíguas, apesar de aparentemente muito claras, pois estão mais próximas do formalismo dos opostos do que das concretudes. Curiosamente, a grande maioria dos autores no campo das Ciências Sociais apresenta a classe média africana como um dos componentes do pólo da modernidade, não fazendo qualquer referência à classe média africana tradicional que teve e, em muitos casos, tem ainda, um papel fundamental, quer do ponto de vista interno, quer do das articulações das economias setoriais com a 'economia-mundo'. Essas classes médias tradicionais, curiosamente, ou não têm registro ou surgem nos textos como que reduzidas à fórmula simplificada de população tradicional, não permitindo, portanto, uma análise mais fina do processo social e político.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

Essa classe média africana pode ser encontrada, quer nas cidades do interior, nas antigas Cidades-Estado localizadas no caminho das rotas comerciais no eixo do interior com o Norte da África, quer mesmo em cidades modernas. O comércio da noz de cola, por exemplo, está ligado a grandes comerciantes e mesmo a banqueiros tradicionais que fornecem os capitais necessários a esse comércio e a outros. Mesmo nas cidades modernas registramos um setor da população ligado ao comércio "popular" que, pela sua dimensão e aforros decorrentes, levam a caracterizar alguns comerciantes como integrantes de uma classe média. Podemos também registrar a existência de pequenos banqueiros ligados a atividades cambiais paralelas e a pequenos empréstimos. Os raros trabalhos que existem sobre o assunto são todos de natureza antropológica onde, sistematicamente, esses segmentos parecem reduzidos à categoria de populações tradicionais.

Uma outra formulação bastante generalizada é a que registrou experiências pontuais apresentando um significado generalizante. A visão pontual não só é importante, como necessária, mas o seu significado só ganha sentido quando tomado dentro de um processo de natureza global. As experiências, com vários sinais, quando tomadas isoladamente, não atingem o significado profundo de um dado tipo de processo.

Do imaginário ao real vai uma enorme distância, ou do real que se tornou imaginário no tempo. A partir do século XV, o conceito de moderno liga-se à descoberta, à atuação do 'nós' em relação aos 'outros'. Mais recentemente, face à ineficácia dos modelos de desenvolvimento que cercam o social, modelos extremamente formais, o moderno surge como uma mera reação epidérmica. No século passado, o conceito de modernidade passava pela idéia da redenção do ser humano através da ciência, a abstração universalizante ligava-se a um certo evolucionismo, claro está francamente etnocêntrico, em que o outro era, como sempre, o objeto coisificado da relação. Foi o tempo das exposições universais, da domesticação da máquina; em 1935 registramos um opúsculo de André Breton, *Ne visitez pas jamais l'exposition coloniale*, um documento denúncia contra o espírito etnocêntrico e pseudo-universalizante. O debate desloca-se no tempo e no espaço sem que os eixos fundamentais da formação e evolução das sociedades passem por uma reflexão que permita um melhor entendimento do processo histórico e social e, por que não, cultural. Estas formulações ora surgem como elementos legitimadores de um processo, ora como resultado da crise dos modelos que, face à dificuldade de tratar o real – o discurso técnico – passam a recorrer ao discurso utópico, mantendo-se o sentido da relação. De certo modo, emerge uma ausência ou fraqueza dos quadros conceptuais no domínio das relações internacionais, que se aproxima da crise das próprias ciências humanas. Futuramente, a possibilidade de se vir a enveredar pelo discurso ecológico é uma possibilidade esperada. A defesa da ecologia é um tema extremamente importante, sem a mínima dúvida, contudo é susceptível de ser tomado meramente como tema dominan-

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

te, como uma bandeira atraente, um preencher de vazios, uma manutenção do discurso utópico face às impossibilidades (financeiras) do discurso técnico. Contudo, em termos da relação Sul-Sul, o tema parece-nos ser importante, não como escopo central da cooperação, mas preferencialmente na busca de estratégias comuns face ao discurso do norte, sem invalidar, claro, o discurso universalizante em torno do tema, a percepção de que estão surgindo danos e situações graves no plano do meio ambiente. Num outro extremo, mas com o mesmo sentido, surgem as correntes em que o real, ou melhor, a aparência do real, é tratado como um elemento mais importante do que a regra universal. No campo do Direito Internacional, Gonidec¹¹ afirma que "o real era mais importante do que a regra de direito", tratando-se de África. Esta postura acaba por redundar numa *capitis deminutio* real para o continente africano, pois passa a surgir na relação como um ator que ainda necessita de proteção, de uma norma especial face ao seu estágio de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento surge pois como uma variável com o objetivo aparente de descolonizar o Direito Internacional, tendendo para um afastamento em relação ao formalismo jurídico e das análises metodológicas clássicas. Esta noção de direito, ligada ao conceito de desenvolvimento, parte do princípio da existência de estados desenvolvidos¹² por oposição à regra clássica do Direito Internacional de que todos os estados são iguais.

Em termos de persistências, podemos apontar, na visão dicotômica, uma constante, a 'descoberta' do 'outro', determinada por parâmetros de natureza etnocêntrica: a religião, a ciência, o conceito de desenvolvimento e, mais recentemente, a vertente deste último parâmetro: estados desigualmente desenvolvidos. Esta última tendência surge também no domínio dos estados arquipelágicos – que apresentam agora boas alternativas face às possibilidades concretas decorrentes do conceito de hidroespaço –, quando assistimos, no plano das Nações Unidas, a uma tentativa de criar mecanismos de proteção para os estados arquipelágicos, a partir do princípio da fraqueza de suas capacidades, configurando-se num futuro clientelismo.

O insucesso de boa parte das experiências desenvolvimentistas, com conseqüências brutais para as populações, de certo modo respondem pelas novas respostas, entre as quais as que vêm nas correntes do modernismo a melhor saída. Persistem, portanto, as correntes que tendem a privilegiar os parâmetros de natureza etnocêntrica. Com isto não estamos enveredando pelo conceito de des-

(11) GONIDEC, P. F. *Droit d'outre mer*. Tomo I: De l'empire coloniale de la France à la communauté. Tomo II: Les rapports actuels de la France métropolitaine et des pays d'outre mer. Paris, Montchrestien, 1959 e 1960.

(12) LORY, M. *Pays en voie de développement et transformation du Droit International*. Paris, A. Pedone, 1974. (Colloque d'Aix-en-Provence, Société Française de Droit International, 1973.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

conexão do continente africano, pois partimos do princípio de que a tendência ou a aspiração segue no sentido de economias cada vez mais interpenetradas e interdependentes, isto é, num sistema em que "haverá que reafirmar uma vez mais o ideal de um autêntico sistema internacional, onde as notas características sejam a universalização da participação, a democratização das decisões e a distribuição dos benefícios", tal como afirma Rubens Ricupero¹³.

A eleição de modelos de desenvolvimento, independentemente de suas origens, não levou em conta a tradição dos povos africanos. O próprio conceito de desenvolvimento é ocidental. Os modelos mostraram-se absolutamente incapazes de levar a mudanças efetivas para melhor, pois não conseguiram penetrar nas dinâmicas intrínsecas das sociedades não surgindo pois interseções, ou seja, um produto resultante simultaneamente de dois ou mais conjuntos. A visão dicotômica da sociedade global africana, ou mesmo em nível de país, persistiu, deslocando-se o eixo da relação 'nós' e os 'outros' do plano externo para o plano interno, ou melhor, persistindo a visão diferencial no plano interno. O uso tradicional da palavra, a circularidade que caracteriza a noção de história desses povos, apesar de ter sido posta em destaque ainda em plena fase colonial como elemento válido no discurso das civilizações ou no plano da sociologia diferencial, não foi levado em linha de conta ante as certezas decorrentes da aplicação dos modelos de desenvolvimento, em relação aos quais a sociedade tradicional africana permaneceu exterior. Esse modelo só poderia ter alguma chance de funcionamento caso as inversões de capital fossem ilimitadas; daí seria possível pensar na emergência de mutações entre o antigo e o novo. Mas na medida em que as inversões que acompanharam os planos de desenvolvimento foram, na maior parte dos casos, limitadas, estiveram muito longe de provocar verdadeiras mutações, redundando mais em aparências, senão num verdadeiro desastre. A persistência do discurso utópico, senão de um discurso técnico envolvido por uma roupagem ideal, contribuem para a manutenção da situação que, em casos extremos, pode levar à conceituação de inviabilidades. O aparelho da cooperação internacional também vem sendo utilizado no mesmo sentido. O uso de um discurso aparentemente utópico versus a impossibilidade ou aparentes impossibilidades do discurso técnico têm sido de certo modo o veneno acrescentado à relação, de Joan Robinson, parafraseando Rousseau, de que é possível matar um rebanho com feitiçaria, desde que às escondidas se adicione uma boa dose de veneno.

Enquanto não ficarem claros os interesses do doador e do tomador, principalmente os deste último, a relação tende ao perpetuar de uma panacéia

(13) RICUPERO, Rubens. *O Brasil e o futuro do comércio internacional*. Brasília, IPRI, 1988, pp. 37.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

cara, mas aceitável para alguns, na medida em que tende a diluir aparentemente os conflitos ou acentuar as influências externas. O surgimento da Nação de eixo Sul-Sul, paralelamente ao eixo tradicional Norte-Sul, não se constitui automaticamente em um encaminhamento de solução, quando não surge como uma formulação do possível face à escassez do capital, recorrendo-se aos modismos francamente acessíveis, quer no plano do imaginário das populações, quer face aos baixos custos relativos. Novamente repete-se a distração fomentada, evitando-se o debate central, quer no espaço internacional, quer no plano interno de cada nação. O recurso à cooperação, segundo qualquer eixo, mas principalmente no sentido Sul-Sul, é evidentemente válido, mas depende fundamentalmente da clareza das intenções, das possibilidades de fundo e operacionais, da objetividade de ambas as partes envolvidas no processo. Na verdade, vimos assistindo a uma eleição de temáticas, que, independentemente de sua importância real, vêm surgindo face à facilidade de tocar a sociedade e em decorrência do seu baixo custo relativo. O discurso técnico continua interrompido ou então emerge com características típicas de um juízo de valor, mais próximo do discurso utópico e no plano das concretudes vamos avançando de panacéia em panacéia, tornando-se as sociedades perclusas.

Como entender melhor o continente africano, as nações africanas? O recurso a paradigmas de natureza analógica é, pelo seu caráter universal, amplamente possível, mas desde que se levem em conta as especificidades próprias de cada espaço num recurso à sociologia diferencial, desde que se saiba tirar partido do entrecruzar das complexidades pólo, do sentido e da objetividade no espaço e no tempo. Há que conjugar o sentido das aparências com a concretude das situações num quadro que abarca princípios mais ou menos comuns ao espaço continental – vertente universal na disparidade – com o quadro atual – com recurso ao passado – das experiências desiguais. Se do mosaico das culturas africanas emergem fios condutores comuns, tais como a concepção de uma história circular, de princípios dinâmicos que animam o ser, ou que o definem, o continente africano corresponde a um quadro de experiências desiguais que não podem ser reduzidas à simplificação de um modelo único, tal como a literatura persiste em apresentá-lo. É conveniente não apresentar o continente africano como um todo, a não ser numa primeira abordagem abrangendo uma visão geográfica – a continentalidade e o desenho dos países em termos de litoral e interior, além do relevo, que apresenta continuidades, assim como as faixas climáticas bem demarcadas e, por último, a hidrografia; este quadro, justaposto ao quadro das produções e ao das populações, oferece toda uma racionalidade indispensável a quem aborda África pela primeira vez e, paralelamente, o quadro das afinidades culturais em função de princípios ontológicos comuns às duas grandes famílias lingüísticas: os bantus e os sudaneses.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

A análise das experiências desiguais pode ser feita em cima dos vários sistemas, económico, político, social, religioso, educacional. No âmbito do sistema económico as experiências da Argélia e dos Marrocos, na África do Norte, da Nigéria e de Angola, por exemplo, entre os países ribeirinhos do Atlântico Sul, da Tanzânia e da Libéria, da Costa do Marfim e do Mali, ou mesmo entre países de língua oficial comum, por exemplo Cabo Verde e Angola, permitem-nos verificar que se trata de países que adotaram sistemas económicos diferenciados: a adaptação do sistema eleito como processo de desenvolvimento aos sistemas de economia tradicional, também varia: a interpenetração das economias litorâneas com as economias do interior também varia, consoante a vertente Atlântica, que só se abriu à economia mundo a partir do século XV e a vertente Índica, um mar comercial desde longa data. Mesmo no plano dos países que optaram por modelos de tipo capitalista, a experiência da Nigéria é francamente diferente da experiência da Costa do marfim e mesmo entre países que provenham da mesma colonização, como por exemplo, a Costa do marfim e o Gabão. O mesmo se pode afirmar em termos dos países que optaram por modelos de tipo socialista: uma Tanzânia, onde se desenvolveu uma experiência chamada de socialismo africano, é diferente do seu vizinho Moçambique, que optou igualmente por uma corrente socialista, só que, tanto uma quanto outra, também apresenta especificidades, por exemplo em relação a Angola. Por outro lado, o fato de o país ter escolhido uma vertente socialista não implica que setores ou mesmo amplos setores da economia não se desenvolvam por uma ótica de natureza capitalista e vice-versa.

Sob o prisma do sistema político, as variáveis a apontar são igualmente inúmeras. Mesmo em nível dos países que optaram pelo partido único, surgem várias formulações: o partido único composto de direção colegial (a União Progressista Senegalesa – UPS), o partido único centralizador de direção popular (o Partido Democrático da Guiné – PDG) e o partido único atomístico de direção pessoal (o Partido Democrático da Costa do Marfim – PDCI)¹⁴. As variáveis apresentadas na concepção dos vários partidos únicos que ainda governam no continente africano são bem díspares, assim como a relação entre o partido e o homem forte de cada país, variando até o nível de geração: a relação entre o partido e o chefe do Estado, por exemplo no Quênia ao tempo do antigo presidente Keniata, era bastante diferente da relação que hoje existe com o seu sucessor. O mesmo ocorre em Angola e em vários outros países. A primeira geração era constituída por homens que levaram o país à condição de Estado; o que se reflete ainda hoje no plano continental: a Carta da Unidade Africana, que data de 1963,

(14) SYLLA, Lancine. *Tribalismo et Parti Unique en Afrique Noire*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1977. 392p.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

reflete esse espírito ao admitir um certo consenso entre os chefes de Estado; os princípios ideológicos da Carta, um esforço coletivo no sentido da unidade continental, refletem a presença dessa primeira geração de chefes de Estado. A caracterização dos regimes militares é igualmente ambígua. A relação entre o Estado e o seu aparelho com relação às figuras do poder tradicional também varia.

Do ponto de vista do sistema religioso, as diferenças são igualmente grandes. Alguns Estados proclamam-se oficialmente como república islâmica, como as Comores, República Federal Islâmica, a Mauritânia, República Islâmica, sendo neste caso o islamismo não só a religião oficial, mas também a religião do Estado. Na Guiné-Bissau, um Estado com tendências socialistas até bem recentemente, um estado de partido único, o estado laico convive com as principais religiões, o islamismo ao Norte, as religiões tradicionais africanas e as religiões que surgiram com a colonização, o catolicismo e o protestantismo, com reflexos no aparelho do Estado. O avanço das seitas fundamentalistas ou a conversão de uma parte do Islão ao fundamentalismo é hoje um problema central no Senegal, tendo já sido várias vezes aventada a hipótese da criação de um estado confessional.

A Guiné-Bissau, já citada, não só é membro da Organização da Unidade Africana dos cinco países de língua oficial portuguesa, como ainda faz parte, para além das associações de carácter regional, da Conferência Islâmica e de várias associações francófonas.

Do ponto de vista do sistema educacional, também nos surgem situações duais, não só em relação à língua oficial em suas relações com as línguas nacionais de cada país, como igualmente face às influências do Islão.

Em matéria de educação a obra de Cheikh Hamidou Kane¹⁵, uma obra literária já tida como clássica, é um exemplo vivo da problemática transcultural. O personagem central da obra passa por três experiências culturais: a do mundo tradicional africano, a da educação muçulmana e finalmente a formação ocidental. Curiosamente, o autor, um homem de cultura e um literato, veio a ocupar em seu país, o Senegal, o Ministério da Indústria.

O quadro etnia/Nação, em termos de opostos, é uma outra realidade que, na maior parte dos casos, não foi até hoje resolvida. A construção nacional passa obrigatoriamente pela solução deste problema que, aliás, não é exclusivo do continente africano. Angola, um estado unitário, dedicou um encontro nacional – Simpósio sobre a Cultura Nacional, Luanda, 6 de outubro de 1984 – ao assunto, ocasião em que foram abordadas as mais variadas correntes de aproximações com o tema. A Etiópia, que se vê ainda envolvida no conflito do Corno da África – fatores

(15) KANE, Cheikh Hamidou. *Aventura Ambígua*. São Paulo. Ática, 1984. 142p. (Coleção Autores Africanos nº 13).

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

exógenos e endógenos – autoproclama-se em termos da Constituição Política da nação de 1983, um estado multinacional, uma sociedade multi-étnica segundo Levie, um estado plurinacional segundo o presidente Menguistou.

O viés decorrente da dualidade etnia/Nação, uma visão de opostos, é que nada contribui para a solução do problema que, a partir desse princípio, tende a eternizar-se e a ressurgir sempre que os grandes interesses internacionais tenham necessidade de lhes deitar mão numa perspectiva desestabilizadora do Estado. A maioria dos textos disponíveis sobre o assunto tende a dar primazia aos termos da dualidade, ora premiando um dos termos, ora outro.

Além de Angola, entre outros, que pretende construir o Estado em consonância com a Nação, uma Nação pluriétnica, e que vem desenvolvendo esforços nesse sentido, Senghor, que sempre deu muita importância às culturas tradicionais, ao referir-se ao Estado o fez sempre no sentido do Estado Moderno.

Esta dicotomia, entre outras, é um exemplo típico de como o recurso aos modelos de explicação não atendem nem resolvem a problemática africana. No mesmo sentido os chamados especialistas em África tendem, com raras exceções, pela insistência em modelos de explicação com um ciclo de vida extremamente curto.

Estes breves exemplos em função de uma série de sistemas mostram claramente que o continente africano é pontilhado por experiências desiguais. Mesmo ao nível de um só país, como tivemos ocasião de demonstrar ao analisar a evolução do processo colonial português em Angola através de uma leitura da cidade de Luanda¹⁶, registamos uma série de continuidades e descontinuidades, permitindo esclarecer que as variáveis raça e classe ora se afastavam, ora se aproximavam ao longo do processo, ficando ainda manifestas as consequências da inserção da metrópole, neste caso Portugal, no plano internacional, ao longo do tempo.

Fica claro que se se pretender surpreender o sentido de um dado processo colonial ou já de um país independente, torna-se necessário avançar para além das análises de tipo sincrónico para as análises de tipo diacrónico já que as dualidades marcantes no curto prazo, podem apresentar outros sentidos numa visão de natureza diacrónica. Aliás, a noção de tempo é fundamental para se entender África: um tempo tradicional centrado no tempo familiar, no tempo histórico, no tempo mítico e um tempo moderno, interpenetrando-se e permitindo a configuração profunda dos fatos sociais e políticos num quadro de referências bem mais amplo, a que a palavra no conceito africano, de certo modo o ser, completa

(16) MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*. São Paulo, FFLCH/USP, 1988. 4v. (tese de livre-docência).

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

o quadro. Fora desta concepção dinâmica é extremamente difícil avançar em qualquer análise sobre o continente africano.

No plano das resistências religiosas, políticas, sociais, assunto amplamente ventilado nos últimos anos, surgem-nos aparentes supresas que só podem ser esclarecidas e plenamente entendidas nesta perspectiva metodológica. O recurso às línguas nacionais, a abolição de personagens europeus na ficção, são alguns dos muitos exemplos que poderiam e normalmente são citados a este propósito. Já tivemos ocasião de pôr em relevo em outra ocasião o fato de que a norma culta imperial, a língua portuguesa, foi utilizada no início do século em Luanda, como um instrumento de resistência. Um grupo de intelectuais africanos utilizou-se da melhor norma culta digna dos principais escritores portugueses para responder a um ataque racista que a imprensa local havia feito aos africanos. Assim surgiu uma obra, *A Voz de Angola Clamando no Deserto*¹⁷, em que vários articulistas, utilizando a norma culta portuguesa, põem em evidência a injustiça do ataque sofrido e, mais do que isso, a especificidade ou mesmo superioridade cultural desse grupo. Ocorre que à época existia um núcleo social da maior importância em Luanda, formando uma autêntica elite africana a que se contrapunham os colonos, os quais delinham os mecanismos económicos, mas cuja média educacional era francamente baixa. Nessa ocasião, a fase final de um período iniciado na segunda metade do século XIX, anterior à expansão da chegada de grandes contingentes de imigrantes europeus, por decorrência das vicissitudes de um processo específico, surgiu uma elite africana, no início igualmente patrimonial, mas que com o tempo se transformou num núcleo intelectual, por oposição à maioria dos, à época, colonos. Os colonos resistiam no meio através da manipulação do comércio que, por vários mecanismos, lhes ficava inteiramente nas mãos. Os filhos da segunda união – normalmente a primeira união ocorria com africanas – ou ficavam na metrópole estudando e por lá continuavam ou, os que não estudavam, os ajudavam no comércio. Enquanto isso, os filhos da primeira união, juntamente com os filhos de numerosos africanos de posses, estudavam nos poucos estabelecimentos de ensino local. Só mais tarde, com a vinda de grandes contingentes de imigrantes europeus, é que a situação se inverte, passando os estabelecimentos de ensino, já alargados, a atender preferencialmente os filhos dos europeus. Assim, nessa fase que vai das últimas décadas do século passado ao início do nosso século, registamos a importância dessa elite africana, que, no

(17) *Voz de Angola Clamando no Deserto*. Luanda, União dos Escritores Angolanos, 1984. 185p. (A primeira edição, de Lisboa, *Voz de Angola Clamando no Deserto* Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais, é de 1901).

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

caso em pauta, como forma de resistência e de se diferenciar dos colonos, responde aos ataques pelo uso magistral da norma culta.

As grandes abordagens, o tema do desenvolvimentismo, uma constante dos últimos 30 anos e, mais recentemente, as chamadas correntes modernistas ou pós-modernistas surgem mais como modelos, os mais variados, do que como busca concreta para se encontrar um caminho. A bibliografia em torno da busca de solução através de modelos atinge centenas de títulos em todas as línguas, sendo que a maioria se aproxima de conceitos que giram em torno do dever ser, de juízos de valor. Por outro lado, os fatores de causalidade externa passaram a ser indicados entre as principais causas da crise que se abate sobre numerosos Estados, não se levando em linha de conta os fatores de causalidade interna, nem que a relação entre uns e outros seja analisada em profundidade. As estatísticas de natureza duvidosa são usadas sem os mínimos cuidados, alimentando um suceder de modelos que primam por não levar em conta a realidade de cada país, as particularidades, as experiências desiguais, constituindo-se complicadores da análise. O passado, no qual para uma dada sociedade se deve desenrolar a sua evolução, praticamente não existe para a maioria dos modelos desenvolvimentistas que partem de zero ou de uma concepção dualista do processo, o mundo moderno versus o mundo tradicional que, quando é levado em linha de conta, o é de modo negativista, pois surge como sinônimo de uma estrutura de natureza tradicional, de privilégios da estrutura política do mundo tradicional, algo a ser ultrapassado. O mundo e a sociedade africana passam a ser concebidos numa perspectiva de rupturas, de dualidades, tal como era apresentado pela ideologia colonial clássica, só que com sinais invertidos. É bom ter claro que as duas causalidades não são opostas, mas antes, como afirma Roger Bastide¹⁸, elas constituem "dois momentos de um processo dialético". Georges Balandier vem no mesmo sentido pois não negligencia nem os fatores externos, entre eles a economia moderna, nem os fatores internos, emergindo no que chamou de fato colonial e que, anos mais tarde, poderíamos transpor para o fato neocolonial.

Em vez de se pretender explicar o social pelo modelo, pela aplicação de um dado modelo, cabe ao pesquisador proceder à aplicação de métodos analíticos de modo a tentar entender o sentido das sínteses, pois os mesmos fatores nem sempre levam aos mesmos resultados. A análise em profundidade, como diria Georges Gurwitsch, conduz à emergência de uma série de correlações funcionais, que ajudam a aclarar o problema central e os problemas periféricos, oferecendo os sentidos da relação perspectivados em termos de tempo e de espa-

(18) BASTIDE, Roger. La causalité externe et la causalité interne dans l'explication sociologique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, PUF, 21(13): 77-99, juillet-de 1956.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

ço. O abandono das análises de natureza sociológica, ou melhor, a adoção simplesmente de métodos vários, mas sem o cuidado de analisar as relações entre as várias causalidades, fazendo-se terra rasa de algumas, levou a um beco sem saída que culminou com os sucessivos insucessos em matéria de modelos. O quadro conceptual ou o avanço no campo das tipologias é extremamente pobre face às transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Enfim, a sociologia havia desenvolvido sistemas de análise para explicar o período colonial, mas apresenta-se incapaz de analisar em profundidade o período pós-colonial. Uma análise semântica impõe-se igualmente, pois alguns desses modelos, ou, no caso, de sua aplicação, nem sempre vão ao encontro do teor do discurso. Uma linguagem aparentemente progressista nem sempre caracteriza o fato como tal. Tenho a impressão de que para alguns cientistas sociais o compromisso passa mais pelo modelo eleito do que com a realidade. Em termos de tempo é confrangedor observar que num momento em que as economias caminham rapidamente para uma maior interdependência, insiste-se em conceber o continente africano como uma autarquia, marginalizando cada vez mais o continente, face a uma economia em que o domínio das tecnologias é fundamental. A eficácia e a adequação dos modelos em função da causalidade interna e da causalidade externa é fundamental no plano da aplicabilidade. Pretender-se que o desenvolvimento possa resultar de um jogo de conceitos, normalmente não realimentados pelas resultantes interdiárias, é correr atrás do nada, com conseqüências certamente desastrosas.

Alguns autores, como Immanuel Wallerstein, ao desenvolver o conceito de semiperiferia, desenvolveu um raciocínio que entrosa a variável econômica com as variáveis sociológicas e históricas. Impõe-se, tal como afirma Mário Murteira, que "em termos de política, o desenvolvimento é inseparável da política de construção das nações jovens e deve enfrentar: a dialética das necessidades fundamentais (...), a dialética da independência e da cooperação (...) e a dialética das estruturas econômicas internas e externas (...)". De acordo com o mesmo autor, há que analisar o desenvolvimento "como prática social, como ideologia, teoria e utopia".

O relançamento da economia africana, que passa pelos estreitos laços que os países africanos mantêm com o Banco Mundial¹⁹, passa pelo tema da cooperação, uma tentativa plenamente válida de reaproximação num mundo ainda bloqueado, pelo menos para o Sul. Neste sentido a cooperação, do ponto de vista

(19) A. W. Clausen, presidente do Banco Mundial, afirmou "les ressources dont l'Afrique a besoin pour retrouver le chemin de la croissance ne sont pas considérables; mais elles dépassent les montants disponibles ou envisagés". BANQUE MONDIALE. *Les besoins financiers de l'ajustement dans la croissance de l'Afrique Subsaharienne, 1986-1990*. Banque International pour la Reconstruction et développement, Washington, abril de 1986.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

quantitativo e qualitativo, deve ser entendida, tal como afirmou o cientista político caboverdiano Renato Cardoso²⁰, como instrumento necessário aos programas de desenvolvimento inserida num novo relacionamento que pressupõe "que, no que concerne à África, a cooperação vise essencialmente aos interesses dos beneficiários, ainda que isso resulte na satisfação de interesses políticos e econômicos mediatos dos doadores", o que vale dizer que, em termos de análise, cabe pôr em evidência com objetividade os interesses reais do doador e do tomador da cooperação.

Do nosso ponto de vista, os paradigmas dos modelos desenvolvimentistas necessitam de uma reciclagem em profundidade, daí não ser plausível, como se tornou moda, o recurso ora a um ou outro paradigma, ainda que conjugados, ou mesmo confundidos, como modelo de explicação da realidade africana.

A inserção do continente africano na economia mundial, o seu sentido ou sentidos, passa por um entendimento aprofundado dos sistemas econômico, político, religioso e social de cada estado envolvido na relação. O problema do desenvolvimento, um tema central no continente africano, tem de recorrer ao aprofundamento das categorias conceptuais, aos conceitos operacionais e suas articulações com a tradição e realidade presentes.

A abordagem do continente africano, de suas regiões naturais ou políticas, inclusive as heranças em termos de passado colonial, em termos de estado a estado, envolve obrigatoriamente o recurso à história, à religião, à sociedade, nas suas conexões com o sistema político – o papel do Estado: um tema da máxima importância –, com o sistema econômico, com o sistema social. No contexto internacional presente, quando as tendências às abrangências de natureza globalista cedem lugar ao regionalismo, o momento é extremamente propício ao reexame da questão africana. Embora, a meu ver, os parâmetros referenciais nas sínteses históricas não se tenham alterado em termos de uma permanência da dependência (a salvação pela religião do século XV ao século XVIII – povos cristãos e não cristãos; a ciência como parâmetro no século XIX e o desenvolvimento como ponto de referência face à dicotomia países desenvolvidos versus países subdesenvolvidos no século XX), a economia mundo caracteriza-se hoje por uma série de mudanças qualitativas, o que cabe aprofundar, além de que deverá permitir um aprofundamento dos modelos de explicação que, por sua vez, devem ser realimentados com fatores cujo sentido, como diria Georges Balandier, venha a ser fielmente entendido em termos de espaço e tempo. Um novo paradigma concep-

(20) CARDOSO, Renato. Conferência pronunciada no Centro de Estudos Africanos da USP em março de 1989 e conferência pronunciada no Seminário sobre Política Internacional e Cooperação, São Paulo, FUNDAP, em 10/3/89, sob o tema "Cooperação e Desenvolvimento em África".

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

tuál, ou paradigmas reformulados, numa sociedade ou sociedades em que o conflito surge de forma universalizante como normalidade intrínseca ao processo social, abrangendo inclusive a utopia, poderá contribuir para a emergência de metamorfoses, ou para que estas se tornem inteligíveis, num sistema internacional avançado por novos vetores, com ênfase na maior velocidade do progresso científico e tecnológico.

O conceito de Terceiro Mundo, um conceito objetivo, qualitativo, poderá tender para um conceito operacional, desde que deixe de ser simplesmente apresentado como um elemento de uma dada dualidade, oposição que o aproxima mais de uma outra variante, a do terceiro-mundismo, variante mais ideologizante e razoavelmente afastada de uma reflexão em profundidade que no plano pontual vem surgindo em diversas ocasiões no cenário internacional, aproximando países com experiências políticas diferentes. A visão simplesmente dual e formal tende para uma simplificação. Num mundo em que a solução dos conflitos tende mais para correntes regionalistas pelo abandono das teses globalistas, em que a economia tende a um maior dinamismo, a objetivação do conceito poderá contribuir para um congraçamento do Terceiro Mundo com o desenvolvimento.

A abordagem do continente africano envolve obrigatoriamente um trabalho de pesquisa interdisciplinar. O preconceito que ainda hoje se registra em relação à África decorre razoavelmente do fato de que na medida em que a pesquisa relativa à pré-história, à história, à ciência política, à economia e mesmo à antropologia está ainda por fazer, no sentido das inter-relações, surgem posições a partir de informações incompletas, que de acordo com a autoridade da fonte, se tornam elementos de explicação geral, sem levar em linha de conta os tempos e os espaços africanos; de extrapolação em extrapolação chega-se a uma visão da unidade africana que de fato existe, mas não a partir das extrapolações sem maior critério.

A Antropologia, por exemplo, debruçou-se preferencialmente no estudo de etnias; os estudos referentes ao campo da personalidade coletiva, no sentido que lhe empresta Jacques Berque, por exemplo, normalmente lhe escapam. No plano da pré-história, aliada à memória coletiva, há muito a fazer; exemplos como o da descoberta das ruínas da cidade de Tegdaoust, cidade histórica do império de Ghana que estavam subterradas, só foi possível, em parte, graças à recolha da tradição oral. A lingüística, a par da etnolingüística e, por exemplo, da etnobotânica, são ramos do saber indispensáveis ao pesquisador. O sistema de pensamento africano depende em muito dos estudos no campo da etnofilosofia, um caminho para análises de caráter filosófico, que hoje já ocupam alguns centros universitários africanos. O estudo da história é minimamente importante e indispensável; só através da pesquisa histórica é que poderemos evitar os sucessivos e atraentes erros a partir de análises mais centradas em modelos que acabam por explicar tudo. É importante não esquecer que a datação e determina-

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O continente africano: utopia e realidade ao nível dos modelos de explicação – uma questão de método. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.

ção dos grandes períodos da história africana têm sido até recentemente determinados de fora para dentro; o parâmetro era e de certo modo ainda é, a sociedade exterior e não a sociedade africana. O desconhecimento no campo da história de África tem levado a uma série de reduções, de simplificações, que ainda hoje fazem escola. No campo das Ciências Sociais, o exemplo que já citamos, o desconhecimento da existência e importância de uma classe média africana tradicional tem levado aos maiores erros, como por exemplo, no campo económico. Essa classe média, tradicional, face aos reducionismos, surge como que plasmada na categoria genérica de população tradicional, escapando, portanto, à análise um elemento da maior importância para o conhecimento do comércio tradicional africano que, em boa parte dos casos, chegou a nossos dias, mas que não só é domínio do desconhecimento, como não está ou foi levado em linha de conta pelos modelos de desenvolvimento, também redutores por sua vez. Os mecanismos de poder, o sistema de poder, a circulação das riquezas, etc. escapam normalmente no campo das análises, mesmo que no domínio específico da antropologia tenham surgido avanços: a informação daí decorrente normalmente não é aproveitada pois surge aos olhos do chamado mundo moderno como formas do passado, de modos de viver dos outros, numa dualidade que, nas suas leituras várias, acaba por esconder a importância e a atualidade de certas informações agora reduzidas à ideia simplificadora de modos de viver tradicionais, portanto opostos à modernidade. A pesquisa histórica, feita do lado africano, acabará sem dúvida por mostrar uma leitura do que se convencionou de moderno; o estudo das rotas comerciais nas ligações de África com o sistema do mundo mediterrânico, com o Indico, por exemplo, os modos e os sistemas comerciais, certamente virão a lançar luz nas análises e permitir uma melhor compreensão do papel das relações, quer ao nível dos grupos, quer principalmente as interligações entre os grupos e o todo. Os estudos antropológicos debruçados sobre o grupo em si não nos têm dado maiores pistas destas inter-relações. O aspecto altamente redutor das análises, resultado da falta de informação, de distorções de visões ambíguas, com conseqüências altamente negativas, se refletem no campo dos estudos africanos.

O estudo de África, pelas razões brevemente expostas, determina que as análises devam levar em linha de conta, obrigatoriamente, a noção de tempo e de espaço, o tempo africano e os tempos exógenos, o espaço ou espaços africanos e o espaço exterior e, necessariamente, as articulações.

ABSTRACT: A part considerable of the literature related to the African Continent is settled or in the imaginary or in the real world, but both taking in account and reflecting ideological thinkings based on the point of view of the others. The article analyses some ambiguities and proposes a lecture of the African specific cultures taking the universals references.